

18624

Public Disclosure Authorized

Forest PILOT PROGRAM UPDATES

Programa Piloto para a Protecção das Florestas Tropicais do Brasil

Volume 6/1998

Número 2

Queimadas na Amazônia Provocam Projeto de Emergência

Em fevereiro e março de 1998, queimadas florestais acidentais assolaram descontroladamente partes do norte do estado amazônico de Roraima, conseqüência de uma pronunciada seca causada por El Niño em combinação com a queimada normal usada pela população local para limpar campos agrícolas e pastagens. As chamas foram finalmente extintas pelas chuvas do início de abril de 1998 após queimarem cerca de 3,3 milhões de hectares, inclusive 1 milhão de hectares de floresta. Cerca de 12.000 pessoas, entre elas 7.000 membros de populações indígenas, foram afetadas pelos queimadas de Roraima. Muitas perderam os cultivos e o gado nas chamas.

Em circunstâncias normais, essas queimadas raramente penetram em áreas de floresta tropical intacta, geralmente úmidas demais para suportá-las. No entanto, as secas excepcionais provocadas por El Niño tornaram as florestas de toda a Amazônia mais sensíveis a incêndios. Os impactos das queimadas de Roraima sobre as florestas inicialmente pareciam de menor importância. A maioria limitava-se à superfície da floresta, onde consumiu material orgânico e vegetação rasteira. No entanto, mesmo tais queimadas de baixa intensidade danificam o córtex das árvores da floresta tropical e, como resultado, muitas árvores das florestas queimadas de Roraima estão morrendo. Essa morte lenta acumula um volume substancial de combustível na superfície da floresta e a abertura gradual do dossel da floresta reduz a umidade do sub-bosque, que normalmente protege as florestas tropicais contra queimadas. Em conseqüência, as florestas de Roraima, ligeiramente queimadas este ano, são suscetíveis a queimadas catastróficas na estação da seca do próximo ano.

Como Roraima está no Hemisfério Norte, a sua estação da seca ocorre seis meses antes do que na maior parte da Amazônia, que se encontra no Hemisfério Sul. Em conseqüência, as queimadas de Roraima ofereceram um sinal de alarme para incêndios mais extensos com probabilidade de ocorrer no restante da Amazônia—especialmente no interior do chamado “arco de desflorestamento” que se estende ao longo das bordas leste e sul da região, onde se concentra a grande parte da população rural da Amazônia. O corte de árvores é uma atividade generalizada nessa área, deixando grandes volumes de fragmentos na superfície da floresta que oferece combustível para queimadas florestais. A combinação das secas provocadas por “El Niño” com o aumento de combustível causado pela derrubada de árvores significa que grande parte da floresta amazônica está agora em risco.

Em conseqüência das queimadas em Roraima, o Governo brasileiro pediu o apoio do Banco Mundial e de outros doadores para ajudar a preparar o Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (PROARCO) da Amazônia. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) está liderando a atividade de preparação do PROARCO, juntamente com a Secretaria de Assuntos Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento. O financiamento para este projeto de US\$25 milhões deverá provir de várias fontes, inclusive fundos de um empréstimo do Banco Mundial do Projeto Nacional do Meio Ambiente; um novo empréstimo de emergência do Banco Mundial; fundos de contrapartida

(Continuação na página 4)

Sobre o Programa Piloto

O Programa Piloto para a Protecção das Florestas Tropicais do Brasil apóia um conjunto integrado de projetos que contribuirão para a redução da taxa de desmatamento das florestas tropicais do Brasil de maneira consistente com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e humanos da área, e que proporcionarão lições a serem utilizadas na elaboração de futuras atividades. O Programa Piloto foi criado a pedido dos países do Grupo dos Sete (G-7), e recebe apoio financeiro de todos eles, bem como da Comissão das Comunidades Europeias e da Holanda. O montante total de compromissos de assistência financeira e técnica ao Programa Piloto até a presente data, incluindo projetos bilaterais associados, equivale a aproximadamente US\$250 milhões. O Programa Piloto é coordenado pelo Banco Mundial, em conformidade com os acordos celebrados entre os Participantes do Programa Piloto (os doadores e o Brasil).

O Programa Piloto tem como objetivo tratar das causas fundamentais do desmatamento nas florestas tropicais do Brasil através de uma tripla abordagem. Os projetos ajudarão a fortalecer a capacidade do set, reservas extrativistas, florestas nacionais, e reservas indígenas; e aumentar a base de conhecimento sobre a conservação da floresta pública para criar e executar uma política ambiental sólida; melhorar o gerenciamento de áreas protegidas especiais, incluindo parques tropical e utilização sustentável de seus recursos.

FILE COPY

Public Disclosure Authorized

Desmatamento e Queimadas (Cont. da página 2)

Florestais no Arco do Desflorestamento (PROARCO, ver artigo na página 1) que proporcionará o financiamento em base de emergência para controlar queimadas florestais acidentais durante a atual estação de queimadas excepcionalmente seca na Amazônia. A proposta final do projeto deverá ser formulada em agosto de 1998. A avaliação do projeto está programada para outubro de 1998. A Alemanha declarou a sua intenção de conceder DM10 milhões para o projeto. ❖

GESTÃO DE VÁRZEAS

Em maio de 1998 fez-se a avaliação do Projeto Gestão de Várzeas. Participaram da avaliação do projeto representantes das seguintes entidades: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), Departamento Britânico de Desenvolvimento Internacional (DfID), Banco Alemão de Reconstrução (KfW), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), MMA e Banco Mundial.

As estimativas de custo do projeto elevam-se agora a US\$15,5 milhões. O DfID ofereceu £3 milhões para financiar o componente de estudos estratégicos e poderá proporcionar financiamento futuro adicional. A Comissão Europeia ofereceu provisoriamente US\$2 milhões, pendentes de revisão interna e aprovação. A Alemanha concordou em aumentar em DM 11 milhões a sua contribuição para o projeto.

Na avaliação, chegou-se a um acordo sobre o conceito, estrutura, componentes e dispositivos administrativos do projeto, bem como atividades de pré-investimento a serem empreendidas antes da aprovação do projeto. O projeto visa a apoiar: (1) estudos estratégicos para ajudar na definição da política pública para as várzeas; (2) iniciativas promissoras para a gestão sustentável dos recursos de várzea; e (3) atividades de monitoramento, controle e implementação, inclusive informação básica e indicadores para a gestão da pesca sustentável. O projeto quinquenal será administrado pelo escritório do IBAMA em Manaus. O projeto deverá ser aprovado em janeiro de 1999. ❖

TERRAS INDÍGENAS

A implementação do Projeto de Terras Indígenas fez bom progresso nos últimos meses. Foram aprovados o Plano Operacional para 1998 e a lista revista de áreas prioritárias. Um Contrato de Assistência Técnica foi assinado entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o PNUD em maio de 1998, facilitando a implementação do projeto.

Em grande parte, os entraves que afetam o trabalho de identificação já foram resolvidos. O número de identificações tem aumentado, retornando assim o projeto a seu cronograma inicial. A identificação e delimitação da Terra Indígena *Vale do Javari* foram publicadas em maio de 1998. A sua demarcação começará na primeira metade 1999.

Foi concluída recentemente a proposta para revisar o componente de vigilância e proteção. Este componente tem por objetivo ajudar as populações indígenas a formular planos para proteger as suas áreas, garantindo ao mesmo tempo a própria subsistência e conservando a base de recursos naturais.

Foram concluídos os termos de referência de uma avaliação de meio-termo independente e o estudo foi contratado em julho de 1998. Estão planejados para outubro de 1998 um seminário participativo para discutir as conclusões da avaliação independente e a revisão de meio-termo. ❖

POLÍTICA DE RECURSOS NATURAIS

A implementação do Projeto de Política de Recursos Naturais (PPRN) (Subprograma) continua a melhorar. Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) foram preparados por todos os nove estados amazônicos participantes, revistos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), KfW, Banco Mundial e Comissão do Projeto e liberados para implementação. Alterações necessárias na estrutura do PGAI serão introduzidas na rodada inicial de avaliação do subprojeto e no replanejamento no fim de 1998, depois que os estados tiverem adquirido certa experiência real na implementação. Os fundos para os PGAI já foram liberados para quatro estados.

Será em breve realizado um estudo para a revisão do desempenho e dos indicadores do impacto do subprograma, levando em conta tanto os objetivos dos PGAI dos estados como os indicadores mais amplos. O Manual de Operações terá sido revisto até o final de agosto e as emendas aos acordos de doação do SPRN, refletindo a reformulação dos últimos dois anos, também serão em breve assinadas. Conforme proposto pelos Participantes em Manaus (outubro de 1997), foi realizado em maio um "retiro" para tratar das questões de coordenação e implementação do projeto. Um estudo de diagnóstico foi previamente preparado, apresentando as primeiras recomendações de possíveis melhorias. O MMA, entidades doadoras, Banco Mundial e alguns dos estados participaram da reunião e concordaram numa "agenda de compromissos". As duas reuniões de acompanhamento deverão ser realizadas no fim de agosto, incluindo uma ampla diversidade de participantes. A primeira abordará a cooperação técnica no âmbito do subprograma e a segunda tratará de questões relacionadas com a implementação do projeto nos estados. ❖

CORREDORES DA FLORESTA TROPICAL

A preparação do Projeto Corredores da Floresta Tropical (ex-Projeto de Parques e Reservas) vem fazendo um bom progresso. Foi realizada em junho de 1998 uma missão de pré-avaliação deste projeto. Entre os participantes da missão figuravam representantes do

(Continuação na página 4)

Queimadas na Amazônia

(Cont. da página 1)

do governo; e fundos do Programa Piloto. O projeto foi avaliado por uma equipe do Banco Mundial, com a participação da sua Unidade da Floresta Tropical.

Como primeiro passo, o Programa Piloto financiou estudos necessários para concluir um mapa completo com identificação das áreas de alto risco de incêndio florestal na Amazônia. Esse mapa ajudará o IBAMA a concentrar a prevenção e supressão de queimadas em áreas críticas. Baseia-se em estudos anteriores realizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e é parcialmente financiado pelo Programa Piloto. Cerca de 400.000 quilômetros quadrados foram identificados como áreas de alto risco, principalmente no arco do desflorestamento nas regiões sul e leste da Amazônia, porém também na região central do Pará e no estado de Mato Grosso.

Um componente específico do PROARCO, identificado para financiamento por parte do Programa Piloto, é uma mobilização comunitária e uma campanha de treinamento que alertará as comunidades locais para os perigos de incêndio e ensinará métodos básicos de controle para a prevenção de queimadas acidentais e de escape. Este componente foi preparado pelo IBAMA e pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). A implementação implicará a mobilização de habitantes das áreas de alto risco de incêndio por meio da rede atual do GTA, composta de nove centros de coordenação regional. O GTA e o IBAMA prepararão 200 treinadores em prevenção e controle de incêndios para organizarem cursos para 12.000 líderes comunitários. Criarão também 200 brigadas comunitárias de combate a incêndio na zona rural. O programa deverá atingir uma população total de 120.000 habitantes nas áreas críticas do arco de desflorestamento.

O GTA receberá uma doação direta do Programa Piloto, canalizada por meio do PNUD, para financiar atividades no âmbito deste componente, cujo valor é calculado em cerca de US\$1 milhão. A Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos ofereceu ao Programa Piloto cerca de US\$2 milhões para ajudar no apoio a atividades no âmbito do PROARCO.

O PROARCO também apoiará o treinamento de cerca de 50 brigadas municipais, corpos estaduais de combate a incêndio, bem como de unidades especiais de prevenção de queimadas em parques e reservas indígenas, além de ajudar na compra de equipamento para as mesmas. O PROARCO utilizará *spots* no rádio e na televisão, panfletos informativos, folhetos e cartazes para educar o público a respeito de queimadas controladas. A conscientização do público e as atividades de treinamento serão monitoradas e avaliadas a fim de ajudar na elaboração de uma estratégia a longo prazo de prevenção e controle de incêndios para a região. O resultado mais importante do PROARCO serão as lições sobre a melhor forma de evitar e suprimir queimadas florestais na região amazônica.

O subprojeto de Roraima do Projeto de Política de Recursos Naturais está também sendo modificado para prestar apoio de emergência a esforços de prevenção e controle de queimadas nas áreas afetadas por incêndios recentes. (Ver artigos correlatos sobre Controle de Queimadas e Desmatamento e Projetos de Política de Recursos Naturais.) ❖

Décima Reunião do IAG

O Grupo Consultivo Internacional (IAG) realizou a sua décima reunião no Brasil em julho de 1998. De modo geral, o IAG concluiu que se alcançou um progresso considerável na implementação com relação ao ano passado. Entretanto, também observou que o Programa Piloto não deve ser julgado unicamente em termos de indicadores quantitativos de resultados, considerando que tem ajudado a induzir mudança construtiva no contexto mais amplo tanto institucional como de política na Amazônia. Lições institucionais valiosas já estão sendo aplicadas com êxito em outras áreas e o fortalecimento de ONGs por meio do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) é o resultado direto do apoio prestado pelo Programa Piloto. O IAG concluiu que uma avaliação do desempenho do Programa Piloto (planejada para 1999) e as decisões dos doadores relacionadas com financiamento precisam examinar esses impactos mais amplos, menos quantificáveis porém igualmente importantes. ❖

Divulgação do Programa Piloto na Europa

Em junho de 1998, o Programa Piloto iniciou a sua primeira rodada de visitas de divulgação a países europeus. Uma delegação conjunta do MMA e do Banco Mundial visitou a Suíça, Espanha, Países Baixos e Bélgica para apresentar a estrutura e realizações do Programa Piloto a representantes do governo, setor privado e sociedade civil. O novo panfleto informativo melhorado do Programa Piloto foi distribuído a esses grupos. Na opinião da delegação, havia realmente falta de informação sobre o Programa nesses países. No futuro, dar-se-á maior ênfase à informação pública e à identificação de novas parcerias. ❖

Corredores

(Cont. da página 3)

KfW, GTZ, CE, Departamento Britânico de Desenvolvimento Internacional (DfID), IBAMA, FUNAI, GTA, MMA e do Banco Mundial.

O Projeto compõe-se agora de cinco componentes principais: (1) planejamento e monitoramento dos corredores prioritários; (2) criação e gestão de unidades de conservação nos corredores principais; (3) gestão de áreas críticas de conexão nos principais corredores; (4) proteção da biodiversidade nos principais corredores das terras indígenas; e (5) coordenação estratégica. Os primeiros quatro componentes serão implementados em dois corredores prioritários (Amazônia Central e Floresta do Atlântico Norte) e o quinto será realizado pela equipe de coordenação do IBAMA sediada em Brasília. No âmbito deste componente, o IBAMA será responsável pela administração geral dos projetos, avaliação e divulgação do conceito de corredor e formulação de estratégias para outros corredores.

Os preparativos finais para o Projeto de Corredores da Floresta Tropical serão feitos nos próximos meses e, se concluídos com êxito, o projeto poderá ser avaliado no fim de 1998 e ter início no início de 1999. A maior parte do apoio financeiro dos doadores (atualmente estimado em US\$39 milhões, exclusive o financiamento de contraparte do Governo brasileiro, que poderia ultrapassar 10%), começaria a ser aplicada somente no início de 2000, mas as atividades da primeira fase dos projetos começaria em 1999, financiadas pelo Fundo Fiduciário da Floresta Tropical. ❖